

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
Ativo	2013	2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	29.499	51.840
Impostos a recuperar	247	119
Partes relacionadas (Nota 9)	132.025	72.000
Despesas pagas antecipadamente	465	
	161.771	124.424
Não circulante		
Realizável em longo prazo		
Ativo financeiro - concessão (Nota 8)	137.721	18.370
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	46.184	32.263
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 12)	4.864	654
	188.769	51.287
Total do ativo	350.540	175.711

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais. A Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. ("LITE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 23 de setembro de 2011 como sociedade limitada e transformada em sociedade anônima em 5 de março de 2012, e está estabelecida no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Estima-se que a Companhia inicie suas operações em dezembro de 2014. A Isolux Energia e Participações S.A. detêm 100% do capital social da Companhia, menos uma ação que é detida pela Isolux Projetos e Instalações Ltda. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2014. **2 Concessão.** Em 2 de setembro de 2011 a Isolux Energia e Participações S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 0004/2011, realizado na Bolsa de Valores do São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Taubaté - Nova Iguaçu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 30 de novembro de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2011. No dia 9 de dezembro de 2011, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 020/2011 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 247 km, com origem na subestação Taubaté, localizada no estado de São Paulo e término na subestação Nova Iguaçu, localizada no estado do Rio de Janeiro; pela subestação Nova Iguaçu localizada no Estado do Rio de Janeiro, com transformação 500/345 kV - 900 MVA, e 500/138 kV - 900 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras; entradas de linha, barmamentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$27.980 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **3 Resumo das principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **3.1 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **3.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas.** **(a) Conversão de moeda estrangeira. (i) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **(ii) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(b) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros.** **(i) Classificação e mensuração.** A Companhia classifica seus ativos financeiros em empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **(iii) Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iv) Valor justo.** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **(v) Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido. **(d) Despesas antecipadas.** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **(e) Adiantamento a Fornecedores.** Os saldos relacionados a adiantamentos a fornecedores referem-se a antecipação de valor para os principais fabricantes de equipamentos das subestações, materiais para as torres, como cabo condutor e torres metálicas e o subempreiteiro da construção conforme estabelecido em contratos. **(f) Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(g) Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **(h) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(i) Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente,

Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante		
Caixa a descoberto		457
Fornecedores	10.773	21.235
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	163.333	152.363
Impostos e contribuições a recolher	389	135
Outros passivos	249	91
	174.744	174.281
Não circulante		
PIS e COFINS diferidos (Nota 11)	12.739	1.699
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	172.500	1.000
Prejuízos acumulados	(9.443)	(1.269)
	163.057	(269)
Total do passivo e passivo a descoberto	350.540	175.711

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2012			
Aumento de capital (Nota 13)	1.000		1.000
Prejuízo do exercício		(1.269)	(1.269)
Em 31 de dezembro de 2012	1.000	(1.269)	(269)
Em 1º de janeiro de 2013			
Aumento de capital (Nota 13)	171.500		171.500
Prejuízo do exercício		(8.174)	(8.174)
Em 31 de dezembro de 2013	172.500	(9.443)	163.057

mente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **(j) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Companhia bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos. **(k) Capital.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(l) Reconhecimento de receita.** Compreendem principalmente as seguintes atividades: • Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto de 11,65% ao ano. • Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido. • Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados a Companhia apura margem de construção de 1%. **4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Perda (impairment) estimada de ativos, financeiros e não financeiros.** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica se é o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. **4.1 Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **(a) Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 4.2. **(b) Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **(c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **(d) Determinação das receitas de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A margem de construção adota pela Companhia é de 2%. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **(e) Provisão para riscos.** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações trimestrais. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **4.2 ICPC 01 - Contrato de concessão.** A Companhia adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia são descritos abaixo: A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (iii) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (iv) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2013	2012
Operações continuadas		
Receita (Nota 15)	108.311	16.671
Custo de construção (Nota 16)	(102.831)	(16.246)
Lucro bruto	5.480	425
Despesas gerais e administrativas	(360)	(240)
Lucro operacional	5.120	185
Despesas financeiras (Nota 17)	(17.504)	(2.451)
Receitas financeiras (Nota 17)		343
Resultado financeiro líquido	(17.504)	(2.108)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.384)	(1.923)
Impostos		
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	4.210	654
Prejuízo do exercício	(8.174)	(1.269)
Prejuízo por lote de mil ações (básico e diluído) - R\$	(8.174)	(1.269)

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangente. Dessa forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	2013	2012
Prejuízo do exercício	(8.174)	(1.269)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.210)	(654)
PIS e COFINS diferido	11.040	1.699
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(4.907)	(290)
Juros dos empréstimos	16.929	1.789
Outras despesas financeiras		662
Movimentação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(128)	(119)
Despesas antecipadas	464	(464)
Adiantamentos a fornecedores	(13.921)	(32.263)
Fornecedores	(10.462)	21.235
Partes relacionadas	(60.025)	(72.000)
Impostos e contribuições a recolher	254	135
Outros passivos	(298)	91
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(73.438)	(81.448)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - concessão	(114.444)	(18.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(114.444)	(18.081)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	165.000	150.370
Amortização dos juros e empréstimos	(20.959)	
Pagamento de principal	(150.000)	
Aumento de capital	171.500	1.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	165.541	151.370
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	51.840	51.840
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	29.499	51.840
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(22.341)	51.840

constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. **5 Gestão de risco financeiro. 5.1 Fatores de risco financeiro. (a) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **(b) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **(c) Risco de taxa de juros.** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **(d) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **(i) Caixa e equivalentes de caixa. (ii) Outros ativos e fornecedores.** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(iii) Financiamentos.** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações com debêntures que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a curto prazo (Banco Bradesco). O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31 de dezembro de 2013, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Companhia. **(iv) Ativo financeiro da concessão.** Os ativos financeiros da concessão estão avaliados pelo custo real incorrido sendo que, uma vez que a empresa encontra-se em fase operacional, ainda não começaram a ser amortizados. **6 Caixa e equivalentes de caixa**

	2013	2012
Caixa e bancos	873	
Aplicações em CDB	28.626	51.840
	29.499	51.840

As aplicações financeiras são compostas apenas por CDB por fixo com liquidez diária e a taxa de remuneração e de 100,5% CDI. **7 Adiantamentos a fornecedores.** Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

	2013	2012
SeaTowers	15.833	10.190
Alsafi	780	603
Marte Engenharia	81	503
Toshiba	24.333	20.857
Phelps Dodge	3.199	
Alstom	1.890	
Outros	68	110
	46.184	32.263

8 Ativo financeiro - concessão		
Ativo financeiro oriundo da concessão		
	2013	2012
Circulante		
Não circulante	137.721	18.370
Movimentação		
Saldo inicial em 1º janeiro	18.370	
Receita de construção	114.444	18.080
Receita financeira	4.907	290
	137.721	18.370

9 Partes relacionadas. A Companhia possui um contrato assinado com a Isolux Projetos e Instalações S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico da companhia, na modalidade "turn-key" para gerenciamento técnico das obras relativas ao ativo financeiro de concessão. O saldo mantido com a referida empresa se refere à execução deste contrato. **10 Empréstimos e financiamentos.** Em 2013 a Companhia captou junto a instituições financeiras R\$ 165 milhões em debêntures não conversíveis, com taxa de juros a 3% e com liquidação em parcela única em 25 de junho de 2014. Posição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

	2013	2012
Debêntures - principal	165.000	150.000
Custo de transação	(1.828)	(1.045)
Juros a pagar	161	3.408
Total de debêntures e financiamentos	163.333	152.363
Passivo circulante	163.333	152.363

O pagamento do empréstimo é garantido pela Isolux Corsán S.A. **Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas nos exercícios de 20

13 Passivo a descoberto. (a) Capital social. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 172.500 mil, está representado por 172.500 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. No ano de 2013, o capital da Companhia aumentou em R\$171.500. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ordinárias
Isolux Energia e Participações S.A.	172.499.999
Isolux Projectos Ltda	1

(b) Destinação do resultado. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 8.626 em 2013, totalizando prejuízos acumulados no final do exercício de R\$ 9.770. **14 Seguros.** A cobertura de seguro foi contratada pelo montante a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a companhia apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Engenharia	06.07.2012 a 05.09.2014	349.407,23
Riscos Nomeados Operacionais	09.12.2011 a 09.05.2014	21.250.000
Responsabilidade Civil Geral	06.07.2012 a 05.09.2014	10.000.000

	2013	2012
15 Receita		
Receita bruta de serviços		
Receita de construção	114.444	18.080
Receita financeira	4.907	290
	119.351	18.370
	(11.040)	(1.699)
PIS e COFINS diferido		
Receita líquida de serviços	108.311	16.671
16 Custos sobre serviços prestados	2013	2012
Custo de construção	(102.831)	(16.246)
17 Resultado financeiro líquido	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(16.929)	(1.789)
Custos de transação apropriados	(1.090)	(315)
Outras despesas financeiras	(297)	(347)
	(18.316)	(2.451)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	812	343
Resultado financeiro líquido	(17.504)	(2.108)

	18 Instrumentos financeiros por categoria			
	2013	2013	2012	2012
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Em 31 de dezembro de 2013				
Ativo financeiro recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	29.499	29.499	51.840	51.840
Ativo financeiro	137.721	137.721	18.370	18.370
	167.220	167.220	70.210	70.210
Caixa a descoberto			457	457
Fornecedores	10.773	10.773	21.235	21.235
Outros passivos	249	249	91	91
Empréstimos e financiamentos (iii)	163.333	163.333	152.363	152.363
	174.355	174.355	174.146	174.146

Ailton Costa Ferreira - Diretor Geral
Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor
Márcia Abreu Tavernari - Contador - CRC RJ -107585/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014. PricewaterhouseCoopers. Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador CRC 1RJ092563/O-1.